

Domingo, 14 de Junho de 2026

Polícia cumpre mandados em investigação sobre uso fraudulento de sistemas policiais

OPERAÇÃO REGISTRO FANTASMA

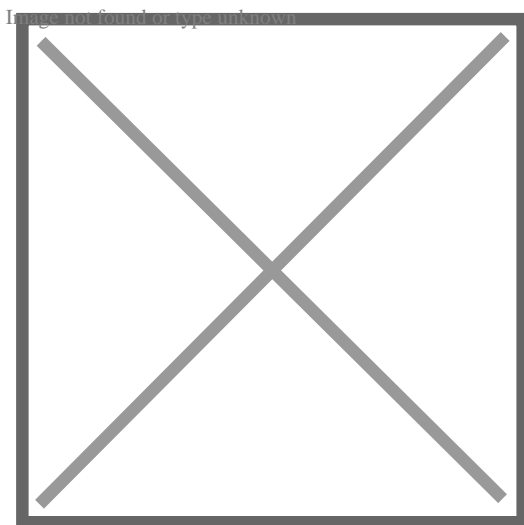
A Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Informáticos (DRCI) deflagrou, nesta terça-feira (19.11), a Operação Registro Fantasma para cumprimento de mandados de busca para desarticular um esquema sobre uso de senhas de policiais no registro de ocorrências.

As ordens judiciais deferidas pelo Núcleo de Inquéritos Policiais de Cuiabá são cumpridas na cidade de Chapada dos Guimarães, com apoio da Delegacia da Polícia Civil daquele município, e também na capital.

A investigação, coordenada pelo delegado adjunto da DRCI, Gustavo Godoy Alevado, teve início em março deste ano quando uma investigadora da Delegacia Especializada de Roubos e Furtos de Cuiabá relatou ter tomado conhecimento da confecção, usando seu login de acesso, de um boletim de ocorrência sobre o roubo de uma camionete no dia 7 de março de 2024, no Rodoanel de Cuiabá.

As investigações apontam que os suspeitos são pessoas externas à instituição. A forma de acesso ao login e senha está sob investigação.

No decorrer das investigações, a DRCI identificou um endereço, no bairro Santa Laura, na capital, de onde o registro do suposto roubo foi feito. O imóvel foi alvo de mandado de busca efetuado nesta terça-feira.



Também foram cumpridos em Chapada dos Guimarães mandados de busca domiciliar nos endereços vinculados ao proprietário do veículo, supostamente roubado, que foi indenizado pela seguradora após apresentar os documentos necessários para receber o seguro. Entre os documentos estava o boletim de ocorrência registrado com o login e senha da investigadora.

Durante o cumprimento dos mandados de busca foram apreendidos telefones celulares, mídias digitais e documentos que serão analisados para corroborar com o material já apurado na investigação da DRCI, assim como identificar outros envolvidos nos fatos.

As investigações identificaram ainda o registro de outros boletins de ocorrência que não foram reconhecidos pela investigadora e confeccionados em ambiente externo à unidade policial onde ela era lotada. Esses novos registros estão em apuração.

A delegada titular da DRCI, Juliana Chiquito Palhares, destacou que o uso fraudulento de sistemas policiais não apenas viola a integridade das instituições. “Também impacta diretamente a credibilidade de serviços essenciais à população”, pontuou a delegada, acrescentando que a Polícia Civil permanece empenhada em identificar e responsabilizar todos os envolvidos nos fatos apurados.